



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Plano Anual de Auditoria – Ano de 2019

ÁREA	OBJETO	OBJETIVO	ESCOPO/JUSTIFICATIVA	Prazo
Prestação de contas anual	Unidades orçamentárias 1031 – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (destinada ao custeio das despesas com pessoal) e 4031 – Fundo Especial do Poder Judiciário (destinado ao custeio das despesas contempladas nas rubricas “outras despesas correntes” e “investimentos”).	Avaliar a regularidade dos atos de gestão, a fidedignidade das demonstrações financeiras e as informações sobre o desempenho da gestão.	Necessidade verificação das informações e documentos que compõem o Processo de Prestação de Contas definido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em consonância com as Instruções Normativas e Decisões Normativas que disciplinam a forma de organização e apresentação das contas anuais, com o Decreto Estadual e Portaria institucional que dispõem sobre o encerramento do exercício financeiro.	30/03/2019, ou data posterior, caso haja alteração do prazo de entrega, pelo TCEMG.
Gestão Orçamentária e Financeira	Avaliação contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional. (Exame de auditoria coordenado pelo CNJ)	Efetuar exames relativos à: a) adequação orçamentária e financeira; b) sistemática dos programas, projetos, atividades e sistemas governamentais; c) avaliação das metas do Plano Plurianual (PPA); e d) execução dos programas, do orçamento e dos resultados das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.	Necessidade de aferir se os instrumentos de planejamento instrumentos de planejamento e ação de governado têm melhorado os serviços do Poder Judiciário prestados à sociedade.	28/06/2019

Gestão de Obras	Construção do novo Fórum da Comarca de Ouro Preto.	Verificar a regularidade e efetividade da contratação. Enfoque dado à análise da conformidade técnica e legal. Exame dos procedimentos efetuados para a contratação, fiscalização do contrato e acompanhamento in loco da execução da obra.	Considerando o volume de recursos públicos envolvidos na execução de obras e serviços de engenharia, mostra-se necessário avaliar os atos praticados nas etapas de planejamento, licitação, fiscalização e gestão contratual. Acresça-se a isso fato de tratar-se de obra de destaque do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Ao longo de todo o exercício.*
	Obra de Reforma Geral do Edifício Sede do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, situado na Avenida Afonso Pena, no nº 4001, em Belo Horizonte. (Continuidade)	Avaliar, sob os aspectos operacionais e de regularidade, os processos envolvidos no planejamento, licitação, contratação e execução da obra de reforma do prédio que abriga a nova sede deste Tribunal.	A implantação da nova Sede caracteriza-se como a principal intervenção construtiva do do Plano de Obras Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Além disso, a complexidade técnica e os custos vultosos envolvidos na execução da obra foram os principais critérios considerados na decisão.	31/07/2019
Governança (Geral)	Abrangência institucional	Efetuar levantamento e reporte à Alta Administração sobre o cumprimento de determinações e recomendações expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça constantes do Relatório da Inspeção promovida no ano de 2017.	Necessidade de atendimento às determinações e recomendações do Conselho Nacional de Justiça, por se tratar de órgão de governança superior.	30/06/2018
Gestão de Recursos Humanos	Governança e gestão de pessoas	Efetuar levantamento e avaliação da situação da governança e gestão de pessoas no âmbito do Tribunal de Justiça, de modo a identificar a adoção de práticas preconizadas por órgãos de gestão superior; identificar pontos vulneráveis e oportunidades de melhoria e induzir melhorias na área.	Convêniência e necessidade de aperfeiçoar a governança de pessoas, assim entendida como o conjunto de diretrizes, estruturas organizacionais, processos e mecanismos de controle que visam a assegurar que as decisões e as ações relativas à gestão de pessoas estejam alinhadas às necessidades da organização, contribuindo para o alcance das metas propostas.	30/06/2019

Gestão Documental	Gerenciamento de acervo e conservação de documentos. (Exame de auditoria coordenado pelo CNJ)	Avaliar a gestão documental compreendendo o exame sobre a criação, a manutenção, a utilização e os prazos de conservação dos documentos que são gerados, e o encaminhamento final para conservação permanente ou descarte.	Necessidade de examinar as rotinas para gerenciamento dos acervos de documentos administrativos e de processos judiciais, como forma de apoio à tomada de decisão, à preservação da memória institucional e à comprovação de direitos.	29/11/2019
Tecnologia da informação e Comunicação	Sistema de Governança da Tecnologia da Informação – Diretoria Executiva de Informática	Monitoramento das recomendações decorrentes do Relatório de Auditoria e do plano de ação a ser apresentado pela unidade auditada.	Utilização de recursos de tecnologia de informação para execução das atividades relacionadas à prestação jurisdicional e ao suporte administrativo.	29/06/2018
Licitações e Contratos	Avaliação de Controles Internos - em nível de processo - processo de contratação e elaboração de contratos, com aplicação do Questionário de Avaliação de Controles Internos - Governança de Aquisições. (continuidade)	Efetuar a verificação dos controles existentes no processos/fluxos de contratação e elaboração de contratos. Para o exercício de 2019, acompanhar a elaboração e execução do Plano de Ação pela unidade auditada, a partir do Relatório de Auditoria apresentado.	Necessidade de avaliar dos controles internos adotados nos processos de contratação e elaboração de contratos, a fim de verificar oportunidades de melhoria e recomendar aprimoramento dos controles existentes.	30/04/2018

* Acompanhamento da execução, cujo prazo é estimado em 510 dias.